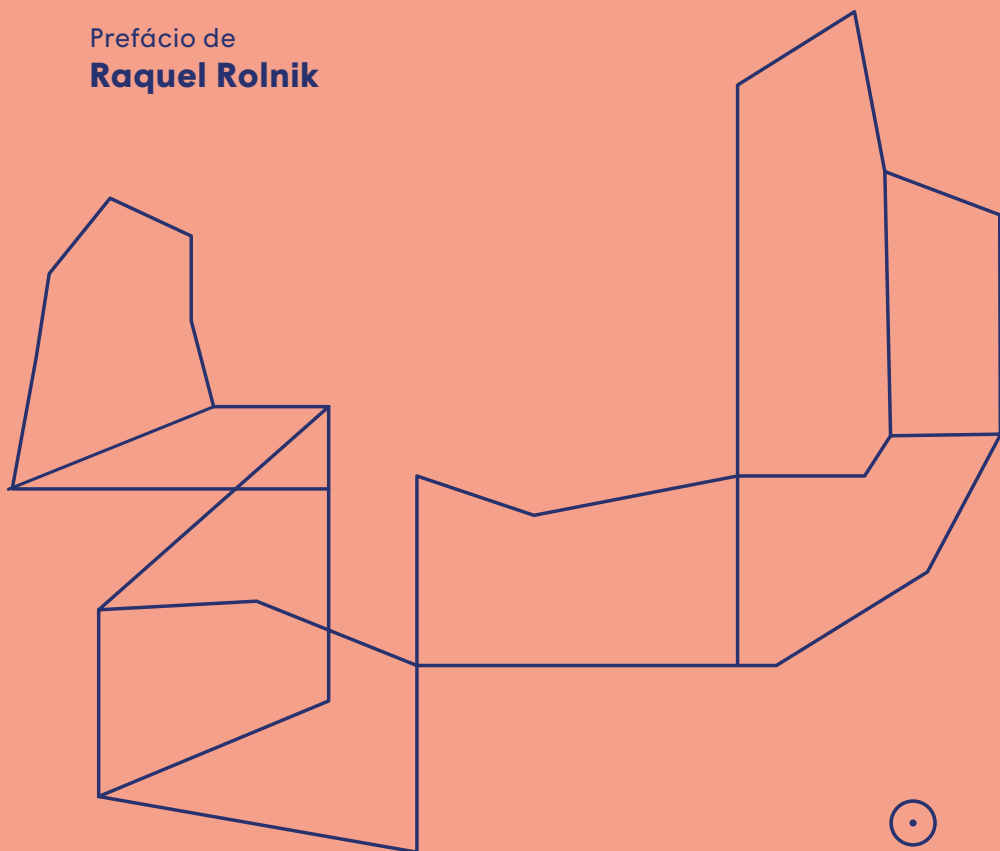


**Josep Maria Montaner**  
com colaboração de  
**Zaida Muxí**

# **Política e arquitetura**

## Por um urbanismo do comum e ecofeminista

Prefácio de  
**Raquel Rolnik**



**OLHARES**

# **Política e arquitetura**

Por um urbanismo do  
comum e ecofeminista



**Josep Maria Montaner**  
com colaboração de  
**Zaida Muxí**

# **Política e arquitetura**

## **Por um urbanismo do comum e ecofeminista**

Prefácio de  
**Raquel Rolnik**

Tradução  
**Júlia Urrutia**



**OLHARES**

São Paulo, 2021

# Sumário

- 9 **Prefácio**  
Política urbana, entre a utopia do comum  
e as armadilhas da cidade real  
Raquel Rolnik
- 13 **Entrar na política**
- Coordenadas para a nova política**
- 25 Diagramas do mundo: do planeta ao bairro  
31 Tempo e espaço: os sentidos da política  
42 Intelectuais e arquitetos na política urbana  
53 Feminizar a política (e seus agentes)
- Urbanismo do comum**
- 67 Sistemas da cidade contemporânea  
75 Em defesa do espaço público  
90 Por um urbanismo do comum  
106 O futuro do comum: o caso de Barcelona
- Anjos e demônios da história**
- 121 Tecnofobia e tecnofilia: a megamáquina e a smart city  
137 Memória e patrimônio  
147 Sustentabilidade urbana

	<b>O bairro como unidade básica</b>
161	Diversidade de movimentos urbanos
171	O “pesadelo” da participação
180	Direito à cidade, direito ao bairro (antigentrificação)
193	Urbanismo feminista
	<b>Sistemas de habitação</b>
208	Políticas públicas de habitação
221	A herança da habitação social moderna
231	Por uma nova cultura da reabilitação
246	<i>Co-housing</i> e outras alternativas de moradia como ação
256	<b>Conclusões</b>
259	<b>Agradecimentos</b>
261	<b>Notas bibliográficas</b>
263	<b>Índice onomástico</b>



## Prefácio

# Política urbana, entre a utopia do comum e as armadilhas da cidade real

Raquel Rolnik

Este livro não é um manual de “boas práticas” de projetos e políticas urbanas e de habitação para ser copiado com a etiqueta “Made in Barcelona”. Esta não é a resposta definitiva à questão recorrente na história moderna: O que os pesquisadores acadêmicos podem fazer para diminuir a distância entre o pensamento crítico e a ação transformadora? Por fim, esta não é a tão desejada resposta de como é possível radicalizar a democracia, promovendo processos genuinamente participativos e feminizando a política. Este é, enfim, um relato intelectualmente honesto de uma experiência concreta que envolveu dois arquitetos – Josep Maria Montaner e Zaida Muxí – na aventura de participar de administrações municipais comprometidas com a ideia de promover o comum como norte da gestão.

Josep Maria Montaner, arquiteto e intelectual de arquitetura, decidiu se candidatar às eleições municipais de 2015, pelo Barcelona em Comú, movimento municipalista e renovador liderado por Ada Colau, que conseguiu, desde 2014, constituir uma nova coalizão de esquerda reunindo ativistas da Plataforma de Afetados pelas Hipotecas e outros movimentos sociais relacionados ao direito à moradia, ecologistas, feministas e indivíduos desiludidos com o *establishment* político e com as políticas urbanas que foram promovidas na cidade, no fim dos anos 1990. Eleito como conselheiro, encarregou-se da área de moradia e habitação e de um distrito bastante grande e ativo da cidade, Sant Martí.

Zaida Muxí, arquiteta feminista, pesquisadora e docente foi convidada, em 2015, pela prefeita de Santa Coloma de Gramenet, Núria Parlón, para fazer parte do corpo diretivo da gestão da cidade, como diretora de urbanismo, moradia, espaço público e ecologia.



Este livro é um registro/reflexão dessas experiências. Mas não é um simples registro ou apresentação de uma lista de projetos e realizações, como muitas vezes fazem os políticos ao terminar um mandato. Antes, é uma jornada pelos temas, questões e armadilhas que são confrontados por aqueles que transitam entre a academia e o ativismo até chegarem ao mundo político institucional.

Ativistas e intelectuais chegam aos governos com a vontade de finalmente poder aplicar seus conhecimentos e implementar suas utopias. Mas se deparam, de um lado, com a máquina estatal enraizada nos próprios rituais, linguagens, crenças e práticas e, de outro lado, com um conjunto bastante amplo e desigual de interesses presentes nos conflitos cotidianos da cidade. As “mil e uma limitações da gestão”, nas palavras de Zaida Muxí, transformam-se, neste livro, em uma espécie de “teoria política no urbano” (nas palavras de Josep Maria Montaner) fazendo da própria experiência prática da gestão um exercício de produção de conhecimento, sob uma nova perspectiva, que, além disso, levanta novas questões e indagações, desafiando os pesquisadores a levantarem novos temas.

O livro parte de uma reflexão de caráter histórico/teórico: “Coordenadas para uma nova política”, na primeira parte, para, a partir da segunda parte, adentrar propriamente nas experiências de gestão, principalmente de Barcelona. Portanto, duas questões perpassam o livro: É possível guiar a cidade por meio de uma política urbana do comum? Como isso se traduz concretamente nas decisões de intervenção e gestão? O que significa, também, em diferentes contextos e práticas de gestão, feminizar a política urbana?

O ponto de partida consiste em que o bem comum deve ser o valor primordial para uma alternativa local, que enfrente o poder hegemônico do neoliberalismo. Mas os autores perguntam: “É de fato uma alternativa real da esquerda e dos movimentos anticapitalistas capaz de confrontar a crise atual?”. Esta pergunta atravessa várias temáticas, que aparecem no livro, os desafios que a gestão da cidade real deve enfrentar: a tecnificação e a uberização, a turistificação, a crise habitacional, a gentrificação, os movimentos Nimby e as armadilhas da participação, os desafios de escala e da diversidade de sujeitos.

Para cada uma dessas problemáticas – que são também capítulos do livro – são apresentadas as propostas para enfrentá-las, bem como tudo aquilo que apesar de ter sido proposto não foi possível de ser implementado – em função, entre outros motivos, da dependência de atribuições e competências de outros níveis de governo (da Generalitat de Catalunya e do Estado espanhol).

O objetivo central da agenda do urbanismo do comum é que as pessoas e as comunidades sejam responsáveis e protagonistas da política, e que a proteção da vida das pessoas e do planeta seja o cerne dos valores que norteiam a política, colocando a vida cotidiana no centro, uma vez que, de acordo com os autores, “nem o estado nem o mercado podem se aproximar tanto da qualidade de vida do dia a dia, dos cuidados das pessoas e dos espaços de reprodução e da proximidade. É por isso que o comum e a cooperativa formam a esfera que está mais próxima do mundo dos cuidados e do trabalho. E se a luta pela igualdade é autêntica, surge a partir da iniciativa das mulheres, é feminista. E a defesa do comum se relaciona com as ideias ecofeministas, com as noções de interdependência e ecodependência”.

Esses enfoques requerem mudanças profundas no planejamento urbano, prática que desde sua origem captura o comum como propriedade e esfera do Estado e seu aparato político-buocrático, mas também exige uma reivindicação das práticas e experiências históricas de apoio mútuo e da comunidade, que foram desenvolvidas em escalas e contextos técnicos e territoriais muito diferentes dos que temos hoje em nossas cidades.

Para os autores, “é necessário passar da escala da horta, da comuna, do bosque ou das *co-housing* a escalas sociais maiores e mais complexas, como o bairro ou o município. A complexidade da mudança reside nesse ponto. (...) Se os exemplos que podemos utilizar de comuns implicam, no máximo, algumas centenas de pessoas, o desafio é alcançar a escala dos milhares de habitantes. Um desafio que está relacionado com o tempo necessário para a construção de comunidades e com a necessidade de testes-piloto que funcionem, sirvam de modelo e se estendam. São as escalas maiores que exigem novas estruturas, mais além da autogestão assembleista: devem evoluir para

redes de comuns e cooperativas de diversas escalas, dentro de estados e administrações contemporâneos que desenvolvam a capacidade de integrar a prioridade do comum, a participação, a autogestão, o *bottom-up*, a gestão de comunidades, oficinas e entidades”.

Sem dúvida, descobrimos no livro “testes-piloto” – como as cooperativas de habitação e projetos radicalmente mais participativos – mas descobrimos também, a partir da mobilização de instrumentos de regulação local, resistências contra a apropriação da cidade por parte de um extrativismo voraz, que usurpa a cidade de seus habitantes para transformá-la em um objeto oco, puro suporte de valor.

Entre frustrações, descobertas e imaginação institucional, o municipalismo do comum conquista seu lugar na história. O livro é, sem dúvidas, um dos registros desse lugar.

# **Introdução**

Entrar na política

“Neste ponto, poder-se-á objetar que, depois de procurar aprender a complexidade da questão urbana em todos os seus termos e, em seguida, remeter à própria totalidade da estrutura cada explicação particular, separo aqui o que, contudo, constitui o fato primeiro da ‘polis’, a política, da sua construção. A questão pode ser colocada nos seguintes termos: se a arquitetura dos fatos urbanos é a construção da cidade, como pode estar ausente dessa construção aquilo que constitui seu momento decisivo, a política? Mas, com base em todas as argumentações aqui expostas, não só confirmamos o vínculo político mas também sustentamos a preeminência desse vínculo e, precisamente, seu caráter decisivo.

De fato, a política constitui aqui o problema das opções. Quem, em última instância, escolhe a imagem de uma cidade? A própria cidade, mas sempre e somente através das suas instituições políticas.”

Aldo Rossi, *A arquitetura da cidade*, 1966.

“Em vez de confiar completamente nos governos nacionais ou na propriedade privada para protegerem nossos recursos – porque de fato às vezes podem ser capazes de fazê-lo, mas normalmente fracassam –, precisamos abrir espaço para que os usuários locais se governem a si mesmos.”

Elinor Ostrom, *Governing the commons*, 1990.

## Dois depoimentos pessoais

Este livro é uma espécie de continuação da obra *Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos* (2011). E, de fato, ter escrito e publicado a obra de 2011 foi uma das razões que me levaram a aceitar o desafio de me candidatar às eleições municipais de 2015, pela coligação Barcelona en Comú, movimento municipalista e renovador, liderado por Ada Colau, que nasceu de uma plataforma cidadã<sup>1</sup> na qual, na primavera de 2014, nos comprometemos a impulsionar diversos setores da esquerda barcelonesa: ativistas na luta por direito à moradia, ecologistas, feministas, professores universitários, críticos etc. Do compromisso e de ações relacionadas à universidade pública e ao ativismo político, passei a ter responsabilidades de governo, ao participar, como conselheiro eleito, da gestão da nova política nas cidades onde houve mudança.

Assim, deixei temporariamente o universo acadêmico, em grande parte livre-pensador e alternativo, focado na pesquisa, embora, às vezes, dominado por mecanismos endogâmicos e com tendência a se distanciar da realidade. O ensino de arquitetura e urbanismo vê a cidade da perspectiva da morfologia, das tipologias, da memória e dos projetos, sem levar em conta as pessoas, suas necessidades, experiências, diversidade e conflitos. Porque, conforme será explicado, a cidade e a política municipal não têm nenhum sentido sem as pessoas reais que vivem nela e a usam, sofrendo e usufruindo dela.

Este livro, portanto, pretende passar a limpo, por meio de registro e estilo adequados, a experiência e as reflexões de quatro anos na gestão municipal de Barcelona, entre 2015 e 2019. A ideia é alinhar a teoria aprendida, elaborada e transmitida, ao longo de muitos anos, com a prática vivida durante um mandato, a fim de associar a experiência da gestão da realidade a um novo grau de interpretação, a uma nova perspectiva, a uma teoria política do ur-

---

1 Plataformas cidadãs são movimentos sociais de associações sem fins lucrativos, de um grupo de cidadãos com uma mesma inquietação sobre determinado problema em comum. Por meio de mecanismos participativos de reivindicação, pressionam diretamente as estruturas de governo, com força política real, para alcançarem a resolução de suas questões. No caso do Barcelona en Comú, sua origem difere dos outros partidos exatamente por surgir de uma plataforma cidadã, por isso o sentido renovador. (N. T.)

bano: uma síntese da experiência da universidade e da gestão da cidade e da habitação, da reflexão teórica e das políticas de planejamento urbano.

### **Josep Maria Montaner**

Assim como Josep Maria, procuro compartilhar neste livro as reflexões que a experiência direta na função pública em um governo municipal me trouxe, função que desempenhei com base em uma experiência de vida e profissional variada, apoiada principalmente no trabalho docente e de pesquisa em uma universidade pública e no compromisso com o direito à cidade de um ponto de vista dos feminismos. Em junho de 2015, fui convidada pela prefeita de Santa Coloma de Gramenet, Núria Parlón, a fazer parte da equipe de diretores que participaram da gestão da cidade.

A ação municipal, sempre exposta à urgência e ao imediatismo das necessidades reais e prementórias dos cidadãos, dá pouca margem à reflexão. Por isso, é necessário chegar à gestão de um município com um pensamento previamente consolidado, e a universidade pública é um dos melhores lugares para desenvolvê-lo. Assim, uma primeira lição que aprendi com essa experiência política e técnica foi sobre a importância do pensamento crítico acadêmico na busca de soluções para as necessidades reais das cidades, sem restringi-lo às mil e uma limitações de gestão.

Ainda que diferentes, os espaços da universidade pública e dos governos municipais têm em comum o fato de terem sido especialmente atacados por políticas de austeridade e corte de gastos dos governos neoliberais, e ainda sofrem suas terríveis consequências. O primeiro por ser espaço de pensamento livre e crítico; o segundo por ser o estamento governamental mais próximo dos cidadãos e, portanto, da política real. E isso não é por acaso, apostou-se e abriu-se caminho para as universidades privadas, ao mesmo tempo que se

estrangulou economicamente as públicas e aumentou desmesuradamente o preço das mensalidades. Os governos municipais sofreram cortes de orçamento e de contratação de pessoal ao mesmo tempo que aumentaram a exigência em relação a eles: transparência, urgências provenientes do imediatismo do mundo digital e, por representarem a faceta pública mais próxima do povo, tiveram que assumir todos os efeitos da crise. Exige-se dos governos municipais a solução de problemas que não são de sua alçada, e eles tampouco dispõem de mecanismos legais ou econômicos para resolvê-los. Portanto, os governos de estado neoliberais, mais próximos do grupo Bilderberg e das bolsas de valores que dos cidadãos reais, demonstram interesse em desarticular e desprestigiar o ensino público, porque este pode ser crítico e é uma oportunidade de inclusão social, e em limitar e afrouxar os governos municipais para aplicar o falso dogma da eficiência da iniciativa privada em face da lentidão do sistema público, levando à privatização de serviços, recursos e bens públicos.

**Zaida Muxí**

Definitivamente, este livro corresponde a uma necessidade e a um trabalho intelectual: repensar a experiência municipal dentro do contexto dos desafios urbanos e planetários atuais, e devolver e transferir este conhecimento à universidade pública.

**J. M. Montaner e Zaida Muxí**



## Uma década depois

A experiência e o contexto histórico de ambos os livros são diferentes. Escrito entre 2006 e 2009, *Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos* foi publicado em 2011, quando os movimentos sociais reivindicatórios e alternativos cresciam; era justamente quando eclodia o Movimento dos Indignados – o 15M –, em Madri, Barcelona e Sevilha, ou o Occupy Wall Street, em Nova York: as contradições e os conflitos eram evidentes e sinalizavam as linhas de fuga e de esperança.

Já este livro foi escrito nos anos 2018 e 2019, quando o planeta enfrenta grandes problemas: a urgência ecológica, com os efeitos irreversíveis das mudanças climáticas, o aumento inadmissível da poluição, o crescimento das desigualdades e dos movimentos migratórios, acelerados pela crise, e um retrocesso político sem precedentes, que acontece simultaneamente em uma série de países. O nacionalismo conservador e excludente na Índia; a aniquilação de uma parte da população da Síria, depois da revolta de 2011 contra a corrupção do governo na distribuição de água potável, um governo que semeou, desde então, a morte e a destruição, e condenou milhões de sírios a se refugiarem; o retrocesso democrático na Turquia com Erdogan; a perpetuação no poder do monolitismo político autoritário de Putin, na Rússia; a vitória de Donald Trump, em 2016, como presidente dos Estados Unidos até 2020, decorrente de ignorância política, *fake news* e exclusão do outro; a eleição no Brasil de um presidente machista, homofóbico, xenófobo e antiecológico como Bolsonaro, em 2018; tudo isso junto do poder onipresente e expansivo do capitalismo de Estado controlado pelo Partido Comunista chinês.<sup>2</sup> Até mesmo em países latino-americanos, onde há quinze anos – até o momento em que este livro foi escrito – detentores de alternativas progressistas não se consolidam e, praticamente com a exceção do México, predominam governos de direita e retrocessos neoliberais, ainda que nos lugares onde estão há mais tempo implementados, como no Chile, a miragem já comece a se desfazer.

---

2 Geisrberger, Heinrich (ed.). *La grande regressione: quindici intellettuali di tutto il mondo spiegano la crisi del nostro tempo*. Milão: Feltrinelli, 2017.

Infelizmente, hoje emergem líderes que reutilizam argumentos do patriarcalismo, do patriotismo e da xenofobia, seguindo modelos arbitrários e autoritários que se baseiam no discurso do medo, dos mecanismos da exclusão e das artimanhas da mentira, em um mundo inundado por falsas promessas e pelo ódio difundido pelos déspotas. Isso se produz em uníssono ao autoritarismo religioso, que, quanto maior é a desintegração social e sua vulnerabilidade, mais se expande.

Nesse contexto, também se deu o Brexit, a absurda decisão britânica de sair da União Europeia, depois de um referendo construído durante uma campanha baseada em falsidades e simplificações.

O Estado espanhol também não se livrou de um retrocesso neoliberal, com sete anos de um governo retrógrado do Partido Popular, entre 2011 e 2018, e a eclosão da extrema direita do Vox, em 2020. Nesse contexto, o nacionalismo espanhol utilizou-se da Catalunha como laboratório do retrocesso, baseado em cortes, limitação de sua autonomia e repressão da dissidência, potencializando um enfrentamento gravíssimo que reforçou o sentimento independentista e deu cobertura para a eclosão da extrema direita espanholista.

Na Europa, na maioria dos países, exceto Portugal, Noruega, Irlanda e Malta, por ora, os partidos xenófobos, excludentes e antieuropeus podem chegar a ter 20% dos votos do eleitorado. Lamentavelmente, em alguns casos, a mesma política xenófoba está ou esteve no governo, como na Itália de Matteo Salvini, com sua desumana política anti-imigração, como ministro da segurança e como primeiro-ministro, de 2018 a 2019; ou na Hungria, com o ultradireitista Viktor Orbán como primeiro-ministro (1998-2002 e desde 2010). Além disso, em países como a República Tcheca e a Polônia, ou a Áustria até 2019, a direita radical marca presença no governo. E as práticas repressivas, típicas do fascismo e do totalitarismo, como a violência policial, a tortura, os presos políticos ou a censura à liberdade de expressão se tornaram comuns.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Esperamos, querido leitor e querida leitora, que, quando estiver lendo este livro, essa eclosão da direita tenha sido um episódio superado.

Outras mudanças importantes também aconteceram. Se, no início do século XXI, as novas grandes companhias de tecnologia da informação e da comunicação chegaram para dominar o mundo e se resumiam à GAFA (Google, Amazon, Facebook e Apple), a partir de 2010, depois da crise do *subprime* e da mudança das estratégias dos fundos de investimento, surgiu a NATU (Netflix, Airbnb, Tesla e Uber), expressão revigorada das novas tecnologias e serviços da internet.<sup>4</sup> Algumas delas, como Airbnb, Amazon, Uber, Glovo, Deliveroo e demais variantes, estão provocando transformações que podem ser irreversíveis e muito nocivas para a vida, os direitos e as dinâmicas das cidades. E se, nos primeiros anos da década de 2000, predominavam nas mídias os feitos e as realizações das grandes operações de transformação, com o objetivo de conquistar terreno para a indústria do turismo de lazer (como Marina d'Or, Eurovegas e uma grande quantidade de empreendimentos especulativos na região costeira), agora, esses grandes operadores da economia digital, enganosamente denominada colaborativa, financiados pelos grandes fundos de investimento, já não estão direcionados à periferia, e visam conquistar os centros; infiltraram-se nas cidades consolidadas, nas áreas de melhor qualidade e nos bairros mais cobiçados, esvaziando as moradias tradicionais e dando lugar a apartamentos turísticos, ou comprando os espaços urbanos e patrimoniais mais valorizados.

## Entrar na política

Nesta condição, em que o compromisso político e social é mais indispensável que nunca para a vida no planeta, para a defesa de que as cidades sejam para seus habitantes e para a proteção constante dos direitos sociais conquistados com muito esforço e hoje ameaçados, voltou o tempo em que nós arquitetos devemos entrar na política, o que já teve tradição em determinados episódios (Gottfried Semper, na metade do século XIX, Margarete Schütte-Lihotzky,

---

4 Brossat, Ian. *Airbnb. La ciudad uberizada*. Pamplona: Katrakak Liburuak, 2018.

Adolf Loos, Ernst May ou Hannes Meyer durante as vanguardas) e que hoje renasceu por necessidade.

O próprio Rem Koolhaas reivindicou esse compromisso em 2016, exatamente quando a proposta do Brexit venceu. Koolhaas fundamentava seus argumentos na ação política em defesa do europeísmo, como projeto de paz, solidariedade e cooperação, contra a ascensão do populismo.<sup>5</sup> Com base nisso, ele alavancou o laboratório de ideias Eurolab, promovido pela AMO, para difundir melhor a ideia positiva de uma Europa compartilhada por seus valores, liberdades e direitos.

Por isso, é vital para o planeta que se consolide uma nova maneira de fazer política, tal como argumenta este livro. Quando a política convencional segue dominante, com seu partidarismo, intrigas, mentiras, mistérios e clientelismo, é crucial que surjam novos políticos, especialistas não profissionalizados, especialmente mulheres feministas, que não tenham os vícios gerados e formados ao longo de anos na máquina política dos partidos, movidos pela ânsia de poder, vaidade e revanchismo. Nesse sentido, é imprescindível o desenvolvimento de uma nova subjetividade,<sup>6</sup> fundamentada não na afirmação do eu, mas na cooperação; não no domínio, e sim na feminização da política; não no ódio, mas no amor: uma política do trabalho em equipe, de baixo para cima, que vise ao bem comum.

Porque, em face da expansão do hiperneoliberalismo tecnófilo, a opção por mundos alternativos e a defesa do bem comum são ainda mais urgentes e imprescindíveis. Por isso, este livro. E, por isso, agora é o momento de entrar na política: quando as conquistas essenciais no campo dos direitos, do feminismo, do ecologismo, da democracia participativa e da economia social, solidariedade e cooperativa se veem ameaçadas.

---

5 Zabalbeascoa, Anaxtu. Entrevista a Rem Koolhaas. *El País*, 4 jul. 2016. Koolhaas diz: “Entro na política para evitar que a Holanda seja a próxima a sair da UE”.

6 Montaner, Josep Maria. *Do diagrama às experiências, rumo a uma arquitetura da ação*. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

É vital, portanto, entrar na política mais ativa. Ou é possível considerar sair da política? Impossível. Tudo é política e, se não intervirmos, os profissionais viciados da política e dos *lobbies* do poder o farão por nós. Como demonstrou Hannah Arendt, também faz política aquele que se define como apolítico e aquele que obedece a “banalidade do mal” ditada pelos déspotas. Também fazem política aqueles que acabam aceitando como normal cada uma das estratégias nefastas do neoliberalismo, quem só mantém interesse pelo seu próprio negócio e pelo próprio conforto. E, como dizia Marina Waisman, “todos somos testemunhas e, portanto, responsáveis”.<sup>7</sup>

---

7 Montaner, Josep Maria. La arquitectura descentrada. In: Moisset, Inés (org.). *Marina Waisman: Reinventar la crítica. Un día/una arquitecta*. Buenos Aires, 2018.

# **Coordenadas para a nova política**

As estruturas políticas, estatais e internacionais, os partidos políticos e os sindicatos tradicionais se mostram incapazes de confrontar as novas coordenadas mundiais. Surgiram e se articularam em um sistema social, produtivo e tecnológico que hoje mudou substancialmente; portanto, é necessária uma reformulação total da lógica da política. Há de aflorar uma nova maneira de fazer política, que coloque em primeiro plano os direitos e os deveres das pessoas e da biodiversidade e a prioridade de um mundo vivo, procurando meios para frear o aumento da desigualdade, da pobreza e da dualização.

Ao mesmo tempo que os “estados falidos” se tornam mais visíveis ao redor do mundo (por sua incapacidade de defender o bem comum do país, por sua violência e destruição contra os próprios habitantes ou, essencialmente, por agir como agentes de administração dos *lobbies* do poder econômico), as cidades demonstram sua capacidade de funcionamento cotidiano e de empatia e proximidade para com as pessoas e dão respostas positivas, experimentando soluções de vanguarda. Os governos dos estados são estruturas obsoletas devido à sua hierarquia piramidal, por sua estreita proximidade com os poderes econômicos e por sua grande distância dos problemas reais da população.

A alternativa está, portanto, no contexto do espaço temporário dos seres humanos, vivendo e se relacionando com as estruturas urbanas. Por tudo isso, esta primeira parte do livro pretende refletir sobre as dimensões espaciais e temporais das políticas urbanas no contexto de um novo municipalismo. Devem ser repensadas, portanto, as escalas, os sentidos, os valores, as heranças e as inter-relações entre os diversos agentes.

# Diagramas do mundo: do planeta ao bairro

Precisamos de uma síntese que nos explique a situação do mundo, conceitos que resumam o diagnóstico. E precisamos entender com clareza as diversas escalas, reais e simbólicas, pelas quais transita nossa existência contemporânea.

Habitamos o “Antropoceno”,<sup>1</sup> um conceito que mostra a realidade de um planeta totalmente transformado pelo ser humano, um planeta que é energia em si mesmo e que esteve, nas últimas décadas, submetido a um contínuo processo de exploração, atingindo hoje sua saturação. No ano 2000, Paul J. Crutzen<sup>2</sup> cunhou esse novo termo para denominar a época inaugurada com a industrialização, um período no qual desenvolvemos uma potência técnica inédita para modificar a Terra. Mudanças climáticas patentes e aceleradas, desertificação, desmatamento, perda da biodiversidade, graves doenças produzidas pela poluição ambiental são apenas alguns aspectos da face perversa dessa nova era.

De todo modo, seria mais preciso e crítico falar de “andropoceno”, uma vez que essa transformação global do planeta é resultado da forma hierárquica e produtivista como o macho da espécie animal que é o ser humano<sup>3</sup> age sobre a natureza. É o resultado da exploração capitalista, portanto, e para ser mais preciso, “capitaloceno”. Em suma, o patriarcado capitalista.

Estamos em uma situação de “emergência climática” irreversível; portanto, devemos aprender a conviver com esse processo de reaquecimento, enfrentando com precaução, senso, estratégia e unidade suas consequências, especialmente o aumento da poluição e do desequilíbrio nas emissões de CO<sub>2</sub>, o

---

1 Galiano, Luís Fernández. Antropocene. *Arquitectura Viva*, Madri, 2017. A exposição *Countryside. The future*, organizada por Rem Koolhaas e apresentada no Museu Guggenheim de Nova York, em 2020, parte da constatação de esse antropoceno, no qual o que não é metrópole é o campo, estar repleto de instalações, armazéns, fábricas, granjas e infraestruturas que são necessárias para nutrir e fazer funcionar as cidades.

2 Crutzen, Paul J.; Stoemer, Eugene F. Anthropocene. *International Geosphere-Biosphere Programme (IGBP) Newsletter*, 41, 2000.

3 Puleo, Alicia H. *Ser humano y Naturaleza en la era del Antropoceno*. Disponível em: <https://aliciapuleo.blogspot.com/2013/06/ser-humano-y-naturaleza-en-la-era-del.html>. Acesso em: 8 dez. 2019.



degelo e o desmatamento, o aumento das temperaturas e a subida do nível do mar, sem deixar de buscar formas de desacelerar ou deter o processo.

Como argumenta Marc Augé em *El porvenir de los terrícolas*,<sup>4</sup> podemos falar de uma “condição planetária” e da necessidade de objetivos comuns para esta humanidade terrestre.<sup>5</sup> Uma condição na qual a única alternativa possível é a vontade de traçar uma história humana e planetária: só teremos futuro se buscarmos acordos e ações unitárias. Uma consciência planetária e ecológica que já vemos nos escritos pioneiros da bióloga Rachel Carson, que em sua obra *Primavera silenciosa* (1962) alertava que o abuso das substâncias químicas dos inseticidas nas plantações afetava a saúde de humanos e animais e podia nos levar a um mundo sem pássaros; e na proposta da arquiteta Lina Bo Bardi de um programa de *Teoria da Arquitetura* (1957),<sup>6</sup> que enfatiza as relações entre arquitetura e natureza, aludindo para os então incipientes problemas ecológicos.

Na medida em que “globalização” implica sempre desigualdade e exploração, recorreremos ao conceito de “planetário” como alternativa social.

## Diagramas do mundo

Disponemos de diagramas e indicadores que mostram a evolução da desigualdade. O mais eficaz e contundente deles é o Índice de Gini, que demonstra a evolução da diferença entre os “decis” dos rendimentos mais altos e os mais baixos. É possível ver como essa diferença diminuiu durante a época do estado de bem-estar social, depois da Segunda Guerra Mundial, e como, a partir do fim dos anos 1980, com a consolidação do neoliberalismo e a irrupção de

---

4 Augé, Marc. *El porvenir de los terrícolas*. Barcelona: Gedisa, 2018.

5 Augé, Marc; Montaner, Josep Maria. *La humanidad planetaria*. Barcelona: Gedisa, 2019.

6 Carson, Raquel. *Primavera silenciosa* (1962). Barcelona: Crítica/Fundación Jorge Juan, 2010; Bo Bardi, Lina. *Contribuição propedêutica ao ensino da Teoria da Arquitetura* (1957). São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi/Sesc São Paulo, 2002.

duas grandes potências como Rússia e China, a desigualdade voltou a aumentar. Essas datas não são mera coincidência: ao longo do século XX, tentou-se contrapor, de uma perspectiva capitalista, o ideal mais igualitário defendido nos países do bloco soviético ou nos que realizaram o socialismo. Ao ruir esse mundo, com o chamado processo da Perestroika e a queda do Muro de Berlim (1989), as alternativas foram se desvanecendo e o cavalo de fogo do capitalismo ameaça desbocar.

Há também dados e diagramas que demonstram a desigualdade de gênero, sua evolução e o estado atual em que se encontra. Como os dados apresentados no livro editado pela organização Architecture for Humanity sobre a desigualdade das mulheres em relação aos homens: elas realizam 2/3 do trabalho, produzem a metade da comida, ganham apenas 10% do salário total e não chegam a possuir nem 1% das propriedades do mundo.<sup>7</sup> Ou como mostra o diagrama da arquiteta Daniela Arias em sua tese de doutorado,<sup>8</sup> que plasma as diversas ondas de rebeldia e igualdade promovidas pelos movimentos feministas, até chegar aos avanços atuais, os quais esperamos serem definitivos: o início durante o iluminismo e o estabelecimento dos primeiros direitos da mulher; os avanços ao longo do século XIX culminando no movimento sufragista; os novos movimentos feministas, radicais e de liberação sexual dos anos 1960 e 1970; os amplos movimentos da atualidade –Ecofeminismo, #8M, #MeeToo, #Niunamenos, #Elenão, Dancing Day etc. Até agora, depois de cada crista de onda, segue-se uma depressão que consegue apagar as contribuições e o que foi conquistado pelas mulheres, ou mesmo fazer desaparecer os direitos.

Para entender o presente, os diagramas que historicamente nos explicaram a essência do mundo são imprescindíveis. Se seguimos uma arqueologia dos diagramas, encontramos um fio condutor: desde Gianbatista Nolli (de quem

---

7 Architecture for humanity (ed.) *Design Like You Give a Damm: architectural Responses to Humanitarian Crises*. Nova York: Metropolis Books, 2006. p. 222.

8 Arias, Daniela. *La construcción del relato arquitectónico y las arquitectas de la modernidad. Un análisis feminista de la historiografía*. Tese de doutorado. Universitat Politècnica de Catalunya. Escola Tècnica Superior d'Arquitectura de Barcelona (ETSAB-UPC), Barcelona, 2018.

falaremos mais adiante ao tratar do urbanismo do comum), Charles Pierce (1839-1914), que fundou o conceito como tal, e Jeremy Bentham (1748-1832), que, com seu “panóptico” (1971), definiu um dos diagramas mais programáticos e extensos, até Ebenezer Howard, Lillian Gilbreth, Christine Frederick, Christopher Alexander ou Patrick Geddes, todos condensaram a complexidade de suas propostas em uma série de diagramas.<sup>9</sup>

Este último autor, o biólogo e urbanista Patrick Geddes (1854-1932) nos remete a suas predecessoras e mestras e à tradição das mulheres filantropas e defensoras dos bairros no mundo anglo-americano, como Lady Aberdeen<sup>10</sup> ou Octavia Hill,<sup>11</sup> que estão na raiz da sua visão urbana vitalista e baseada em intervenções cuidadosas que levam em conta o contexto. Dessa maneira, Geddes é também um antecessor de toda a corrente do urbanismo ecológico e holístico e foi referência e mentor de autores como John F. C. Turner e Colin Ward, com todo seu pensamento autogestionário, anarquista e de ações em favor da autoconstrução.<sup>12</sup>

A invenção e a gestão dos equipamentos públicos, os denominados equipamentos do poder, do início do século XIX, seguindo as tipologias do tratado de J. N. L. Durand, mostram a raiz do Estado-nação, baseada em edifícios públicos (prefeitura, abatedouro, mercados, palácios de justiça, museus, bibliotecas, aduanas, teatros, bolsas, presídios, hospícios, hospitais, cemitérios, escolas etc.), e sua crise atual em um mundo essencialmente dualizado, no qual predominam, por um lado, os equipamentos de luxo e de exclusão característicos da globalização (resorts hoteleiros, conjuntos corporativos, shoppings centers, condomínios fechados, arranha-céus) e, por outro lado, as alternativas participativas e sustentáveis de equipamentos de proximidade, na escala dos bairros, como os centros sociais ou as cooperativas.

9 Montaner, Josep Maria. *Do diagrama às experiências, rumo a uma arquitetura da ação*, São Paulo: Ed. Gustavo Gili, 2017.

10 Geddes, Patrick. *Ciudades en evolución*. Oviedo: Krkediciones, 2009. p. 54. Geddes demonstra explicitamente seu agradecimento na introdução do livro.

11 Muxí, Zaida. *Mujeres, casas y ciudades: más allá del umbral*. Barcelona: DPR-Barcelona, 2018. p. 82-88.

12 Turner, John F. C. *Autoconstrucción: por una autonomía del habitar. Escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo*. Logroño: Pepitas de Calabaza, 2018.

## Alternativas

Hoje, há projetos que abordam a situação de colapso e crise climática, como alguns apresentados na Bienal de Veneza de 2018, cujo tema central foi “Free-space”, organizado pelas arquitetas Yvonne Farrell e Shelley McNamara, da Grafton Architects.

Um deles é o grande projeto The Big U, apresentado, em 2014, pela prefeitura de Nova York, depois do furacão Sandy, visando o ano 2050, para a regeneração e a proteção de 10 milhas a partir da orla de Lowe Manhattan, prevenindo os efeitos das mudanças climáticas, as inundações e o aumento do nível das águas do mar. Uma das propostas vencedoras, The Dryline (2015), de um conjunto multidisciplinar de equipes, liderado pelo estúdio dinamarquês de Bjarke Ingels (BIG) e pelo holandês One Architecture, propõe um cinturão de diques como uma faixa polivalente, que oportuniza a criação de equipamentos públicos e áreas livres lineares, as quais, além de conectar os bairros lindeiros, conformam uma massa verde de vegetação resistente e resiliente às intempéries. Uma das ameaças da crise climática é o aumento das desigualdades, e esse projeto é ousado em apostar na criação de espaços públicos e equipamentos, que são espaços de igualdade de oportunidades de acesso aos direitos.

Ou como a pesquisa “In Plain Sight”, de Diller&Scofidio + Renfro, Laura Kurgan e Robert Gerard Pietrusko, com o Columbia Center for Spatial Research, que, a partir de fotografias de satélites, analisa a fundo a realidade de pontos, eixos e nodos planetários de maior consumo de energia, os quais não correspondem necessariamente aos pontos mais povoados, mas sim a grandes centros de extração de petróleo, bancos de pesca, bases militares, granjas industriais, linhas de alta-tensão, minas de extração, usinas de energia ou fronteiras, ou seja, espaços de superexploração de recursos finitos.

Intervenções como as de Manhattan também estão sendo planejadas na Holanda, um país situado em um delta, com um terço de seu território abaixo do nível do mar e dois terços submetidos ao risco de inundações. Portanto, trabalha-se no reforço da proteção mais importante do país, o Afsluitdijk, que tem 32 quilômetros de comprimento e 90 metros de espessura. Essa enorme

muralha se transformará em uma grande usina de produção de energia limpa, além de um parque ecológico e o projeto de ilhas flutuantes com painéis solares, turbinas e cabos submarinos.

Hoje, qualquer que seja a escala, desde o design de interiores até o planejamento urbano, não é possível conceber a arquitetura isolada das grandes questões, como a desigualdade, incluindo a perspectiva interseccional de gênero ou a crise climática, que requerem o uso de materiais recicláveis e de energias renováveis, evitando o consumo desnecessário e todo tipo de poluição.

Atualmente, em face dos grandes problemas sociais e ecológicos e dada a incapacidade dos Estados-nação, a única alternativa e o novo agente são as cidades, que devem ser o contexto da solução e não o problema. Para isso, são necessários processos muito profundos de transformação: mudanças na obsoleta estrutura hierárquica do funcionalismo público, setorial e gerencial dos municípios, superando sua rigidez, burocratização, compartimentação e morosidade para enfrentar as urgências sociais; o fortalecimento da escala de gestão e governança metropolitana, a única solução para direcionar adequadamente os problemas e propor soluções em escala real e efetiva; a potencialização de redes e plataformas de colaboração entre cidades para conseguir mais representatividade e força em face dos estados e das organizações supranacionais.

# Tempo e espaço: os sentidos da política

A arquitetura e o urbanismo consistem em projetar intervenções no espaço que requerem tempo para seu desenvolvimento. Filosofia e política têm como objeto comum o tempo.

Ainda que pareça evidente, o tempo é uma medida universal, planetária, que é dada pelo movimento da Terra, mensurado pelo relógio, e é um recurso finito para os seres humanos. No entanto, o tempo não é o mesmo para todas as pessoas, nem para as diversas situações da política. O tempo pessoal se restringe e se alonga em função de muitas variáveis, como o gênero, intersecado por múltiplas condições, entre elas a idade e a situação socioeconômica, que influenciam os usos temporais e espaciais. Também o espaço onde nos movemos, nosso espaço urbano cotidiano, tem sua efetividade aumentada ou diminuída segundo os usos do tempo. Essas variáveis são trabalhadas, não sem dificuldade, nas políticas municipais, que devem ser dedicadas a espaços e pessoas reais. Por isso, esse tempo da política é singular e diferenciado, uma vez que a política tem seus próprios tempos marcados, principalmente, pela distância dos mandatos, entre uma eleição e outra.

As políticas municipais, portanto, são intervenções no espaço através dos tempos, de diferentes prazos e processos.

## Tempo

A política consiste, portanto, na gestão do tempo coletivo, e na política municipal isso se torna ainda mais evidente. É na cidade que se chocam, de maneira visível e invisível, nos diferentes tempos do presente, a urgência, a emergência, o presente, o médio prazo e a estratégia; ou seja, por um lado, estão as necessidades do aqui e do agora, por outro, as previsões do futuro, não pela força de adivinhação ou predição, mas por prever e definir o que a

cidade quer ser, a missão-chave da política municipal. O que relaciona todas as dimensões temporais são as decisões que dirimem o modo de ordená-las e organizá-las, como priorizar sem excluir nenhum tempo. À primeira vista, a urgência e a emergência seriam prioridades, no entanto, é necessário tornar simultâneos o presente e o futuro, para conseguir superar verdadeiramente a urgência e a emergência.

No âmbito do tempo, ainda que a política trabalhe segundo diversos arcos temporais, estes se polarizam em duas durações temporais extremas: a imediata, do conflito e do que é prioritário, ligada ao viver hoje, às necessidades mais determinantes; e a estratégica, de médio e longo prazo, que vai além de um mandato, a que colabora com o sentido histórico. Ou seja, há uma dimensão temporal marcada pela resolução urgente das contingências do presente, encarando crises e acidentes. Ao mesmo tempo, a política deve ser prudente, versátil e capaz de enfrentar os problemas do presente com uma visão de futuro.

A política tem, portanto, uma dimensão do tempo a curto prazo, que muitas vezes se manifesta por meio de medidas de ações imediatas e gestos muito claros. Ao mesmo tempo, a política municipal não se configura como tal se não apresentar um projeto, se não se referir a um modelo de cidade e se não trabalhar com base em pensamentos, relatos e estratégias de médio e longo prazo.

Possivelmente, a boa política tem a ver com a sábia articulação das diferentes temporalidades. A emergência não deve impedir o desenho do futuro, bem como o planejamento futuro não pode fazer o urgente esperar. É de uma perspectiva de longa duração, que não esteja contaminada pelo dia a dia, que é possível avaliar as políticas e interpretar sua presença e influência na cidade.

Essa dimensão temporal da estratégia municipal apresenta diversas escalas: a do presente do cotidiano, ou seja, o tempo disponível para trabalhar durante os anos de mandato, que já abrange tarefas a serem realizadas em uma temporalidade urgente, previamente detectada; ao mesmo tempo que se trabalha uma temporalidade a médio prazo, de repetição de mandato, e um tempo longo, idealmente de vinte anos, como plano estratégico. Além

disso, o presente do cotidiano é afetado quase diariamente pelo tempo dos imprevistos e emergências, que agregam, na maioria das vezes, a dimensão da imediatez temporal do desespero, que compreende decisões que devem ser pensadas e realizadas de maneira tão rápida que requerem uma improvisação inevitável, que carece de equipes bem preparadas e integradas, com pessoas conscientes de suas capacidades e alcances.

De todo modo, ainda que seja exasperante, principalmente em um tempo em que tudo parece imediato, a lentidão é expressão da dimensão democrática da política, que deve seguir leis, normas, planos, ordens, protocolos, revisões, processos de participação, negociações, exposições e licitações públicas. Ou seja, os procedimentos legais e administrativos que compõem a burocracia são, quando bem aplicados, a garantia da igualdade ante a lei.

É verdade, entretanto, que nenhuma aplicação legal é unívoca e, portanto, uma boa gestão pública também tem a ver com a interpretação das leis que compreendem as circunstâncias e depende da vontade de que a aplicação delas possibilite a equidade e a empatia. O espaço da interpretação da norma é vital para a essencial diversidade da cidade.

A impaciência com o tempo lento e maduro da democracia, agravada pelo clima constante de pânico econômico, é hoje uma das razões do sucesso de populismos e caciquismos, que aparentam mostrar soluções simples, rápidas e diligentes.

## **O exemplo de Portugal**

Um bom exemplo das diversas temporalidades da política é o programa Saal (Serviço Ambulatório de Apoio Social), em Portugal, como resultado imediato da Revolução dos Cravos, de 25 de abril de 1974.<sup>1</sup> Foi uma temporalidade pre-

---

1 Sobre o programa Saal, liderado por Nuno Portas, que será tratado no próximo capítulo, ver Bandei-